

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À D. para providências.

Em 23/03/2020

Presidente

GOVERNO

DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM
Nº 17/2020

Curitiba, 23 de março de 2020.

Senhor Presidente,

Segue para apreciação dessa Casa Legislativa, Projeto de Lei que trata do estabelecimento de norma geral para a execução indireta de serviços e da extinção de cargos de nível fundamental, médio e, pontualmente, superior que integram os Quadros Próprios no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Estadual.

Considerando a conjuntura atual, decorrente especialmente da pandemia ocasionada pela COVID-19, convém que o Administrador busque a adoção de novas estratégias de composição da força de trabalho, a fim de facilitar a contratação de profissionais aptos a combater os efeitos da infecção pelo coronavírus. Ainda, busca-se promover a necessária adequação da estrutura de cargos vigente no Estado, garantindo, a flexibilização e modernização da atuação estatal.

Dessa forma, propõe-se que as atividades que sejam eminentemente acessórias, instrumentais e auxiliares e que não caracterizem função exclusiva ou estratégica de Estado possam ser terceirizadas.

Neste sentido, diante das alterações das competências requeridas dos profissionais atuais, o conceito de perenidade das contratações se mostra incompatível com a atual conjuntura da Administração Pública, não possibilitando uma rápida adaptação às exigências da atualidade e às oscilações de demanda decorrentes da dinâmica do crescimento populacional, o que pode acarretar prejuízo da eficiência além do uso inadequado dos recursos humanos e financeiros.

Não obstante, ficando evidenciada a necessidade de manutenção dos serviços auxiliares, estes podem ser exercidos de forma indireta, seja mediante concessão,

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot. 15.836.144-2

parcerias ou terceirização, de forma que a garantia da execução indireta de serviços é importante ferramenta de gestão, posta a disposição do administrador público, a fim de redução de custos e otimização da atuação estatal com aumento de eficiência.

Esta ferramenta já vem sendo adotada em outros entes da federação, notadamente na esfera federal com regulamentação bastante desenvolvida. No âmbito do Estado do Paraná o Decreto nº 4.993/2016, já dispõe que "(...) atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade", poderão ser objeto de execução indireta. Desta forma, é facultada a terceirização para atividades de cargos extintos. (art. 52, parágrafo 3º).

Como já mencionado, a terceirização não encontra óbice legal, inclusive no âmbito do Governo Federal, onde foi editado o Decreto nº 9.507/2018, que dispõe "sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal" e prevê que os "serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios (...) poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado".

O próprio STF no acórdão que decidiu com repercussão geral o Recurso Extraordinário 760931/DF, o relator, o Ministro Luiz Fux, expressamente aponta essa necessidade, ou até dever, da Administração Pública, alegando que:

[...]
5. A terceirização apresenta os seguintes benefícios: (i) aprimoramento de tarefas pelo aprendizado especializado; (ii) economias de escala e de escopo; (iii) redução da complexidade organizacional; (iv) redução de problemas de cálculo e atribuição, facilitando a provisão de incentivos mais fortes a empregados; (v) precificação mais precisa de custos e maior transparência; (vi) estímulo à competição de fornecedores externos; (vii) maior facilidade de adaptação a necessidades de modificações estruturais; (viii) eliminação de problemas de possíveis excessos de produção; (ix) maior eficiência pelo fim de subsídios cruzados entre departamentos com desempenhos diferentes; (x) redução dos custos iniciais de entrada no mercado, facilitando o surgimento de novos concorrentes; (xi) superação de eventuais limitações de acesso a tecnologias ou matérias-primas; (xii) menor alavancagem operacional, diminuindo a exposição da companhia a riscos e oscilações de balanço, pela redução de seus custos fixos; (xiii) maior flexibilidade para adaptação ao mercado; (xiv) não comprometimento de recursos que poderiam ser utilizados em setores estratégicos; (xv) diminuição de possibilidades de falhas de um setor se comunicarem a outros; e (xv) melhor adaptação a diferentes requerimentos de administração, know-how e estrutura, para setores e atividades distintas.
[...]

GOVERNO



DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO GOVERNADOR



6. A Administração Pública, pautada pelo dever de eficiência (art. 37, caput, da Constituição), deve empregar as soluções de mercado adequadas à prestação de serviços de excelência à população com os recursos disponíveis, mormente quando demonstrado, pela teoria e pela prática internacional, que a terceirização não importa precarização às condições dos trabalhadores. (RE 760931, relator Min. Rosa Weber, Relator para o acórdão: Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgado em 26/04/2017, p. em 12.09.2017)
[...]

Diante desta previsão, a proposição de extinção de cargos tem por objetivo, dentre outros, viabilizar a terceirização das atividades passíveis de execução indireta, quando couber, visto que não constituem atividades essenciais a finalidade da Administração Pública.

Outrossim, a Administração ficaria dispensada de atividades acessórias, auxiliares e instrumentais possibilitando centralizar recursos e esforços na execução das atividades típicas e estratégicas, uma vez que no cenário fiscal atual, convém que a Administração Pública prime pela economicidade e aplicação racional dos recursos, de forma que os resultados alcançados sejam coincidentes com os fins almejados pelo interesse público.

Por fim, em razão da importância da presente demanda requer-se seja apreciado em regime de urgência o presente Projeto de Lei, nos termos do art. 66, §1º, da Constituição Estadual do Paraná.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação.

Atenciosamente

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
GOVERNADOR DO ESTADO

PROJETO DE LEI

Estabelece norma geral sobre execução indireta de serviços, extingue, ao vagar, cargos conforme específica, e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre norma geral para execução indireta de serviços e sobre extinção, ao vagar, de cargos que integram quadros ou carreiras vinculados à Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Estadual.

Art. 2º Admite-se a execução indireta de serviços no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Estadual, exceto quando tratar-se de:

I – atividades para as quais exista cargo público com atribuição para executá-los;

II – exercício de funções exclusivas de Estado.

§1º As atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias aos cargos públicos ou às funções exclusivas de Estado podem ser executadas de forma indireta, sendo vedada a transferência de responsabilidade para realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

§2º Admite-se a contratação de serviços de terceiros quando se tratar de cargo extinto, ou extinto ao vagar, no âmbito dos quadros de pessoal.

Art. 3º Extingue, ao vagar, os cargos de Promotor de Saúde Fundamental e todas as suas funções.

Art. 4º O inciso III do art. 3º da Lei nº 18.136, de 3 de julho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

III – Promotor de Saúde Fundamental: exigência de escolaridade de nível fundamental, extinto ao vagar;

Art. 5º Extingue, ao vagar, as seguintes funções do cargo de Promotor de Saúde Execução do Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde – QPSS:

- I - Assistente de Farmácia – PEAf;
- II - Auxiliar de Enfermagem – PEAE;
- III - Desenhista Industrial – PEDD;
- IV - Desenhista Técnico – PEDT;
- V - Inspetor de Saneamento – PEIS;

- VI - Técnico Administrativo – PETA;
- VII - Técnico de Contabilidade – PETC;
- VIII - Técnico de Informática – PETI;
- IX - Técnico de Manutenção – PETM;
- X - Técnico de Radiologia – PETR.

Art. 6º Altera, na forma do Anexo I desta Lei, o Anexo III da Lei nº 18.136, de 2014.

Art. 7º Extingue, ao vagar, as seguintes funções do cargo de Agente de Execução do Quadro Próprio do Poder Executivo – Lei nº 13.666, de 2002:

- I - Técnico Administrativo – AETA;
- II - Desenhista Técnico – AEDT;
- III - Técnico de Conservação e Restauro – AEER;
- IV - Técnico de Construções – AETC;
- V - Topógrafo – AETO.

Art. 8º Extingue a função de Técnico de Radiologia do cargo de Agente de Execução do Quadro Próprio do Poder Executivo – Lei nº 13.666, de 2002.

Art. 9º Extingue, ao vagar, os cargos de Agente Fazendário “B” do Quadro Próprio do Poder Executivo – Lei nº 13.666, de 2002:

Art. 10. O inciso VI do § 1º do art. 3º da Lei nº 13.666, de 5 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

VI - Fazendária, composto pelos cargos de Agente Fazendário A, Agente Fazendário B, em extinção, e Agente Fazendário C, em extinção, exclusiva dos funcionários efetivos do QG alocados na Secretaria de Estado da Fazenda ou Coordenação da Receita do Estado, na data de publicação desta Lei.

Art. 11. Altera, na forma do Anexo II desta Lei, o Anexo II da Lei nº 13.666, de 2002.

Art. 12. Extingue, ao vagar, os cargos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica – Lei Complementar nº 123, de 9 de setembro de 2008:

- I - Agente Educacional I;
- II - Agente Educacional II.

Art. 13. O art. 2º da Lei Complementar nº 123, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Para efeitos desta Lei, o Quadro dos Funcionários da Educação Básica é formado pelos cargos de Agente Educacional I, extinto ao vagar, e Agente Educacional II, extinto ao vagar.

Art. 14. Extingue, ao vagar, os cargos de Agente Universitário Operacional e todas as suas funções.

Art. 15. O art. 20 da Lei n.º 11.713, de maio de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20. A Carreira Técnica Universitária é composta de três cargos, denominados Agente Universitário de Nível Superior, Agente Universitário de Nível Médio e Agente Universitário Operacional, extinto ao vagar, cada qual composto por funções singulares ou multiocupacionais agregadas, estruturados em três classes crescentes que determinam a linha de desenvolvimento profissional de cada cargo, de acordo com a exigência de escolaridade para cada cargo e função, conforme Anexo III desta Lei.

Art. 16. Extingue, ao vagar, as seguintes funções do cargo de Agente Universitário de Nível Médio da Carreira Técnico Universitária – Lei n.º 11.713, de 1997:

- I – Cozinheiro;
- II – Hialotécnico;
- III - Mestre de Obras;
- IV – Motorista;
- V – Recreacionista;
- VI - Técnico em Agropecuária;
- VII - Técnico em Biblioteca;
- VIII - Técnico em Contabilidade;
- IX - Técnico em Edificações;
- X - Técnico em Eletrônica;
- XI - Técnico em Eletrotécnica;
- XII - Técnico em Estúdio e Multimídia;
- XIII - Técnico em Informática;
- XIV - Técnico em Manejo e Meio Ambiente;
- XV - Técnico em Manutenção em Equipamentos;
- XVI - Técnico em Montagem de Eventos;
- XVII - Técnico em Museologia;
- XVIII - Técnico em Produção Industrial;
- XIX - Técnico em Projeto Visual e Editoração;
- XX - Técnico em Telecomunicações;
- XXI - Técnico em Radiologia;
- XXII - Técnico Gráfico;
- XXIII - Técnico Mecânico;
- XXIV – Topógrafo;
- XXV - Torneiro Mecânico;
- XXVI - Técnico de Manutenção.

Art. 17. Extingue, ao vagar, as seguintes funções do cargo de Agente Universitário de Nível Superior da Carreira Técnico Universitária – Lei n.º 11.713, de 1997:

GOVERNO



DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO GOVERNADOR



- I – Capelão;
- II - Economista Doméstico;
- III - Engenheiro Florestal;
- IV – Estatístico;
- V - Instrutor de Prática Desportiva;
- VI – Sociólogo.

Art. 18. Altera, na forma do Anexo III desta Lei, o Anexo III da Lei nº 17.382, de 6 de dezembro de 2012.

Art. 19. Preserva os direitos, deveres e atribuições dos atuais ocupantes dos cargos/funções colocados em extinção, até a vacância dos respectivos cargos.

Art. 20. Os candidatos aprovados em concurso público vigente e classificados dentro das vagas ofertadas e não preenchidas, até a publicação desta Lei, deverão ser nomeados e investidos nos cargos/funções de que tratam os arts. 4º, 6º, 11, 12 e 13 desta Lei.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revoga a Lei nº 15.200, de 10 de julho de 2006.